

ENSINO REMOTO PARA O ESTUDANTE COM SURDEZ NO CONTEXTO DA PANDEMIA PELA COVID-19: UM ESTUDO DE CASO

Maria Déborah Silva ¹
Maria Josiane Oliveira Silva ²
Rosane Santos Gueudeville ³

RESUMO

Este artigo teve por finalidade compreender o ensino remoto ofertado ao estudante com surdez durante a pandemia pela COVID-19. Para consolidação da pesquisa, foi realizado um estudo de caso, baseado em entrevistas presenciais, com o aluno, a família e o intérprete de libras, e online, com uma da professora da turma, considerando a relevância da participação de todos para uma educação inclusiva. Para análise dos dados obtidos foram utilizados como referenciais Mantoan (2003), Figueira (2019), Gomes (2016) e outros. Os depoimentos apontaram que o ensino remoto ainda apresenta várias barreiras que precisam ser sanadas, para possibilitar, de fato, um processo de ensino-aprendizagem efetivo e de qualidade.

Palavras-chave: Ensino remoto, Surdez, Processo de ensino-aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A partir do conhecimento de que uma escola pública situada na cidade de Farias Brito – CE, está realizando o ensino remoto, surgiram algumas indagações sobre como estaria acontecendo o processo de ensino-aprendizagem para crianças com deficiência, partindo da ideia de uma educação inclusiva. Nessa perspectiva, foi realizado um estudo de caso de um estudante com surdez.

Nesse sentido, elegemos como objetivo geral: compreender o ensino remoto ofertado ao estudante com surdez durante a pandemia pela COVID-19. Acrescentando-se ainda os seguintes objetivos específicos: a) Compreender como está sendo o acompanhamento do intérprete de libras com a criança surda; b) Analisar a relação entre família e escola; c) Perceber de que forma tem sido possível a manutenção da interação entre professor, intérprete e estudante.

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Regional do Cariri - URCA, deborah.silva@urca.br;

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Regional do Cariri - URCA, josianeoliveira2014.com@gmail.com;

³ Professora da Universidade Regional do Cariri - URCA, Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, rosane.gueudeville@urca.br;



Dessa maneira, a pesquisa realizada se desenvolveu pela análise dos dados coletados a partir de entrevistas presenciais com o aluno, o intérprete e a família, e também uma entrevista online com uma professora da turma. Considerando assim a importância da relação de todos na construção de uma educação efetivamente inclusiva e de qualidade que possibilite o desenvolvimento pleno do aluno.

Diante dos aspectos mencionados, surgem tais inquietações: Como está sendo o ensino remoto para a criança com deficiência? Existem adaptações e flexibilizações? Qual o papel do intérprete nesse processo? A família tem a oportunidade acompanhar o desenvolvimento do aluno nesse modelo de ensino? Essas são algumas das que buscaremos responder ao decorrer do trabalho.

METODOLOGIA

No sentido de respondermos ao objetivo de pesquisa ora proposto, o atual estudo foi realizado a partir de uma abordagem de cunho qualitativo e utilizou o estudo de caso, como estratégia de pesquisa. Para Minayo (2010, p. 164):

[...] a preferência por estudos de caso deve ser dada quando é possível fazer observação direta sobre os fenômenos. Os estudos de caso utilizam estratégias de investigação qualitativa para mapear, descrever e analisar o contexto, as relações e as percepções a respeito da situação, fenômeno ou episódio em questão. E é útil para gerar conhecimento sobre características significativas de eventos vivenciados, tais como intervenções e processo de mudança.

Assim, optamos por centralizar nosso olhar do fenômeno, a partir da percepção dos diferentes participantes, no intuito de ampliarmos a nossa visão acerca do objeto estudado. Elegemos para participação na pesquisa: a família, intérprete de libras, a professora da turma e o estudante.

Ressaltamos a importância da escuta das crianças, pois elas “[...] fazem parte da pesquisa científica há muito tempo, principalmente na condição de objeto a ser observado, medido, descrito, analisado e interpretado”. (CAMPOS, 2008, p. 35) Assim, pretendemos neste estudo dar voz ao estudante surdo.

Utilizamos para coleta de dados roteiros de entrevistas semiestruturados e individuais, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em duas vias, sendo uma delas entregue a cada um dos sujeitos e a outra arquivada. Pontuamos que, para o estudante, solicitamos a assinatura de seus respectivos responsáveis.



Para preservar o anonimato de todos os participantes, foram denominados como Fernanda e Carlos, os pais, Marcos, o intérprete, a professora, Ana, e Mateus, o estudante de sete anos.

As entrevistas foram realizadas na casa da criança, na qual estava a família e o intérprete, mediando a comunicação entre as pesquisadoras e a família. A entrevista foi gravada em áudio e em seguida transcrita na íntegra, para uma análise mais precisa das respostas obtidas pelos participantes. As perguntas foram direcionadas a criança, a família e o intérprete, que se mostraram bem livres e disponíveis para responder a todos os questionamentos. Com relação participação da docente da turma, coletamos as informações, forma online, as perguntas foram enviadas por meio de mensagens via *whatsapp* e a regente as respondeu da mesma maneira.

REFERENCIAL TEÓRICO

O contexto pandêmico atual trouxe mudanças significativas na vida dos sujeitos, uma delas está centrada no âmbito educacional, o que resultou no chamado ensino remoto, que está sendo realizado por meio de tecnologias digitais, durante o período de vigência do isolamento social e da suspensão de atividades acadêmicas presenciais, determinado pela Portaria 544/2020, publicada pelo Ministério de Educação – MEC.

Apesar de ser o meio pelo qual o processo de ensino-aprendizagem se desenvolve em tempos de COVID-19, o ensino remoto apresenta inúmeros desafios que o fazem ser questionado em relação a sua eficácia, pois eles não deixam de estarem presentes quando a educação se dirige a pessoa com deficiência - PCD, porém o direito de aprendizagem desse sujeito não pode ser negado, pois de acordo com Mantoan (2003, p. 22):

A Constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V).

Quando garante a todos o direito à educação e ao acesso à escola, a Constituição Federal não usa adjetivos e, assim sendo, toda escola deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade ou deficiência.

Ou seja, a garantia do acesso à educação para todos os indivíduos é amparada por lei, e aquilo que foi definido para dar continuidade às atividades escolares deve contemplar também

a todos. Mais especificamente, quando se tratando da pessoa com surdez, o decreto de nº 5.626, traz em seu art. 14 que:

As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

II - Ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;

III - prover as escolas com:

a) professor de Libras ou instrutor de Libras;

b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa; (BRASIL, 2005, p.4)

Porém o direito da pessoa com surdez a ter instrutor e intérprete de Libras não retira a responsabilidade do professor regente da turma comum quanto à garantia do ensino-aprendizagem de qualidade desse sujeito, assim como afirma Mantoan (2003, p.25)

Os serviços de apoio especializados, tais como os de intérpretes de língua de sinais, aprendizagem do sistema braile e outros recursos especiais de ensino e de aprendizagem, não substituiriam, como ainda ocorre hoje, as funções do professor responsável pela sala de aula da escola comum.

Figueira (2019, p.40) aponta que muitos professores, preferem negar a educação desses sujeitos, do que sair da zona de conforto e planejar uma educação que abarque a todos, inovando em suas práticas de ensino. Contudo, um professor conhecedor do seu dever em sala de aula, deve desenvolver uma prática pedagógica que busque novas formas de ensinar, novos recursos e ações que proporcionem a todos uma aprendizagem significativa e satisfatória.

Nesse sentido, pode-se perceber que a prática do professor e a postura da escola, diante do contexto pandêmico, dizem muito sobre como se dá a aprendizagem do aluno público alvo da educação especial. Considerando que a instituição de ensino deve criar possibilidades para melhor atender aquele aluno, respeitando seu tempo, desenvolvimento e suas especificidades.

Outro fator determinante para que o processo de ensino-aprendizagem seja eficaz é a participação da família quanto à educação do sujeito, ver-se necessária e urgente a construção de uma relação entre família e escola. Ressaltamos que antes mesmo da possibilidade de uma pandemia no Brasil, Mantoan (2003, p.30). já mencionava:

Os pais podem ser nossos grandes aliados na reconstrução da nova escola brasileira. Eles são uma força estimuladora e reivindicadora dessa tão almejada recriação da escola, exigindo o melhor para seus filhos, com ou sem deficiências, e não se



contentando com projetos e programas que continuem batendo nas mesmas teclas e maquiando o que sempre existiu.

Tal relação favorece a luta das famílias contra a exclusão e almeja uma escola efetivamente inclusiva e de qualidade para todos seus membros. Quando os pais se fazem presentes no acompanhamento e desenvolvimento das atividades das crianças, conseguem verificar quais seus avanços e o que não está contribuindo para a formação delas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Iniciamente, a entrevista foi direcionada para o aluno, com o interesse de entender qual a opinião da criança a cerca do ensino, se o mesmo estava gostando desse modelo de ensino, e como preferia. Constatou-se que o aluno gosta do ensino remoto, mas sua preferência é a escola, quando lhe foi perguntado se gostava mais de ter aula na escola ou em casa, e o mesmo respondeu:

Na escola. Porque aprende melhor. (Mateus)

É perceptível que por mais falhas que se encontre na escola, ainda assim é a melhor forma de aprendizagem, tanto pelo contato físico, as interações, como também as trocas de aprendizagens e conhecimentos, que favoreça um melhor desenvolvimento para todos em conjunto.

Nesse contexto é importante levar em consideração também que a situação atual “exigiu que os docentes assumissem o processo de planejamento, criação, adaptação dos planos de ensino, o desenvolvimento de cada aula e a aplicação de estratégias pedagógicas online.” (BEHAR, 2020) Ou seja, os professores também foram surpreendidos com este novo modelo de ensino, o que pode dificultar para que esta prática seja realizada de forma efetiva e com qualidade, pois muitos professores ainda estão se adaptando a ela.

Outro questionamento feito ao estudante foi se ele mantinha contato com os professores da turma, ou apenas com o intérprete e a criança respondeu que havia mais contato com o intérprete, e confirmando a resposta do aluno, o profissional concluiu:



Tem, mas é pouco, assim... quando é um vídeo pra ele apresentar, pra divulgar, quando ele grava um vídeo ou quando ele quer falar alguma coisa para os professores, mas conversar todo dia não, é mais comigo mesmo. (Marcos).

Diante das falas, percebe-se que o contato da criança surda acontece de forma mais frequente com o intérprete do que com as professoras da classe comum, nesse aspecto, Bahar (2020) fala que:

[...] por existir uma distância física entre professor e aluno, pode-se observar uma sensação de isolamento por parte do estudante. Por essa razão, é necessário que os professores e tutores acompanhem sua trajetória cognitiva e emocional, interagindo e dando feedback de forma constante, evitando a evasão.

Diante disso, para que o ensino remoto seja satisfatório, é necessário estabelecer um diálogo entre docentes e estudantes, considerando inicialmente a realidade do alunado para que as atividades planejadas contemplem a todos e também contribuam na participação e engajamento do mesmo nas atividades, de forma que o objetivo primeiro não seja o cumprimento de uma grande curricular e obtenção de nota e sim a aprendizagem significativa dos sujeitos.

Ainda nesse contexto, foi indagado aos pais sobre o acompanhamento dos mesmos no processo de aprendizagem escolar, para que esse aconteça de forma efetiva, e eles afirmaram que:

Recebemos mensagens dos professores, da escola, informações, da coordenadora, recebemos mensagens pelo WhatsApp. (Carlos).

Percebe-se que os professores apenas entram em contato com os pais, para repassar informações ou atividades, mas não com intenção de ter uma relação dialógica. Sobre isso, Figueira (2019, p.40) discorre que:

Papéis que pais e professores desempenham no desenvolvimento e educação da criança, são próximos e complementares e podem proporcionar à criança melhores oportunidades no desenvolvimento de suas capacidades, seja qual for a sua limitação.

Ou seja, os professores precisam está em constante contato com a família da criança, pois, desse modo, conhecerão sua realidade e isso também possibilita que ela acompanhe o desenvolvimento do aluno e consiga dar um *feedback* à escola sobre ele, de forma que a mesma consiga repensar sua prática e melhorá-la de acordo com o que se fizer necessário, garantindo a aprendizagem significativa.

Foi questionado também aos pais sobre o desempenho do aluno, os mesmos disseram que:

Ele está se desenvolvendo, está participando, grava vídeos, manda para as professoras.
(Carlos).

Percebe-se então, na fala dos pais, que a criança está tendo um avanço em relação ao seu desenvolvimento, o que é visto de forma positiva, pois mesmo com os desafios causados pelo ensino remoto, ele está conseguindo acompanhar as aulas.

A entrevista realizada com o intérprete teve como intuito perceber inicialmente como está sendo realizado esse ensino e como está sendo as atividades repassadas, diante desse novo modelo de ensino, e foram obtidas as seguintes respostas, respectivamente:

Eu venho aqui duas vezes por semana, e eu vejo a atividade antes, [...] gravo um vídeo para eles explicando como é que se resolve aquela atividade, [...] aí quando eu venho para cá aí eu faço acompanhamento bem melhor.

Para ele eu creio que tá bom porque as atividades para surdo devem ser... Devem usar recursos visuais. Importante que o surdo tenha recursos visuais para facilitar na compreensão né, e também as atividades serem adaptadas. [...] (Marcos).

Nesse sentido, Gomes (2016, p. 279), sobre a inclusão da pessoa com surdez na rede comum de ensino, traz alguns exemplos de ações que a escola e o professor podem desenvolver para favorecer a aprendizagem, dentre elas está utilizar recursos visuais diversificados, percebendo então a relevância do uso desses materiais, que ajudam e favorecem para uma aprendizagem efetiva para a criança, facilitando ainda seu desenvolvimento e execução da mesma.



No entanto, o intérprete também apresenta algumas das dificuldades que se fazem presentes para a efetivação do ensino, quando ocorre os acompanhamentos de forma presencial, como por exemplo:

[...] uma dificuldade que eu vejo é que ele é muito hiperativo, então ele ficar sentado, controlar ele é complicado né então essa tá sendo a dificuldade. (Marcos).

Nesse ponto, Gomes (2016, p. 280) fala ainda que:

Cabe ao professor realizar as adaptações das atividades e do cotidiano da sala de aula que possam favorecer o melhor desempenho de seus alunos. Pensando na inclusão de crianças com surdez e em suas necessidades específicas existem modificações de atitude e cuidados que podem auxiliar no processo de aprendizagem.

Nesse sentido, considerando as especificidades de cada estudante, entende-se a necessidade de atividades pedagógicas que favoreçam um melhor desempenho, isso serve tanto para a sala de aula, como para o ensino remoto, visto que o estudante precisa sentir-se impulsionado a realizar determinada atividade, pois não se sentirá motivado a realizá-la se não lhe parecer interessante.

Outra dificuldade ainda apresentada na fala do intérprete refere-se à questão de interpretar as aulas e atividades quando se está remotamente, o mesmo afirma:

E como você vai sinalizar uma atividade que está no próprio Zap... como você vai vir visualizar e ao mesmo tempo traduzir né, então tem essa dificuldade né, para um intérprete fazer isso. A não ser que ele tenha dois celulares um celular para ele visualizar atividade, e outro celular para ele fazer a chamada de vídeo. [...] (Marcos).

Essa é uma dificuldade apresentada pelo intérprete, na qual correlaciona com a fala da professora, quando a mesma aponta sobre a dificuldade em utilizar recursos tecnológicos;

[...] tenho muita dificuldade pra gravar a aula por conta do barulho, manusear algumas ferramentas digitais como aplicativos, edição de vídeos este tipo de coisa. (Ana).



Também foram feitas indagações para o intérprete sobre existir ou não uma relação entre ele e o professor da classe comum, como acontecem os planejamentos e quem avalia a aprendizagem do aluno. Em resposta, o intérprete comenta que:

Não, o professor não usa essa interação de eu combinar com ele como será atividade né, que realmente essa ideia né, de intérprete e os professores combinem como será as atividades, mas... eles produzem as atividades, colocam tudo no grupo da escola, e eu venho para casa deles... desenvolvo as atividades com ele. (Marcos).

Percebe-se na sua fala, que ele entende a importância do diálogo entre o intérprete e o professor da classe comum para o planejamento das atividades. De acordo com Lacerda (2006, p. 174):

A questão central não é traduzir conteúdos, mas torná-los compreensíveis, com sentido para o aluno. [...] não pode fazer sinais – interpretando – sem se importar se está sendo compreendido, ou se o aluno está aprendendo. Nessa experiência, o interpretar e o aprender estão indissolavelmente unidos e o intérprete educacional assume, inerentemente ao seu papel, a função de também educar o aluno.

Entende-se que o intérprete não está ali apenas para traduzir o que foi repassado, mas com intuito de ajudar e facilitar também a compreensão da criança a cerca daquele conteúdo ou atividade, então se percebe ainda mais a necessidade de um planejamento feito em conjunto pelos dois profissionais, pois o intérprete pode sugerir outras formas de realizar determinada atividade com a criança.

Para finalização da entrevista, foi questionado sobre qual o papel do intérprete na unidade escolar, e o mesmo responde:

Ele é o mediador entre os ouvintes e o surdo né, porque ele é a ponte entre as duas línguas, então eu vou, as aulas são ministradas em português então o intérprete ele é essa ponte entre a língua de sinais, que é a língua dos surdos né, a língua um, a língua primeira do surdo, para que ele possa compreender os conteúdos e aquilo que o surdo quer saber, quer informar, quer falar, é traduzido pra língua portuguesa para que os ouvintes saiba, entendam o que o surdo tá falando, então ele é essa ponte, esse mediador entre as duas



línguas né, português-libras e libras-português, mediador é a ponte, faz a tradução.
(Marcos).

Percebe-se que o intérprete entende como o papel do mediador é necessário e possibilita a comunicação entre as duas línguas, assim como afirma a autora Gomes (2016, p. 287) quando diz que “Sua função é facilitar a comunicação entre o estudante surdo, o professor e os outros estudantes da turma, interpretando a mensagem recebida em Língua Portuguesa oral e/ou escrita e convertendo-a em LIBRAS e vice-versa.”, reconhecendo o papel deste profissional no processo de ensino-aprendizagem.

Foi entrevistada também uma das professoras da turma, tento como intuito entender qual a visão da mesma sobre a perspectiva da educação inclusiva e como sua metodologia poderia favorecer na aprendizagem da criança com surdez aqui mencionada. Nesse sentido, foi questionado a ela se havia alguma diferença na elaboração das atividades para o estudante surdo e as outras a mesma informou que:

Não a mesma aula pra todos. (Ana).

Foi perceptível então que a mesma prepara a atividade de maneira igual para todas as crianças, o é algo bastante discutido, pois os professores devem elaborar atividades que atendam a todos os alunos, mas é preciso levar em consideração também as especificidades de cada criança, sua aprendizagem e desenvolvimento cognitivo.

Outra questão importante a ser mencionada aqui também se refere ao entendimento da professora sobre o papel do intérprete no ambiente escolar, quando indagada a mesma respondeu:

Não se sabe, mas o intérprete só veio depois que começou a pandemia. (Ana).

Com esta afirmação percebe-se a necessidade de uma discussão maior acerca da educação inclusiva, como também sobre as especificidades da criança. Porque se os docentes não conseguem perceber qual o papel do intérprete no processo, também não compreendem sua importância e não refletem sobre como se o aluno não tivesse a colaboração desse profissional, sequer o acesso à educação a ele seria garantido, tampouco, a inclusão em sua totalidade.



Nesse sentido, é importante entender o real papel deste profissional no meio escolar, Lacerda (2006, p.174) fala que: “O intérprete participa das atividades, procurando dar acesso aos conhecimentos e isso se faz com tradução, mas também com sugestões, exemplos e muitas outras formas de interação inerentes ao contato cotidiano com o aluno surdo em sala de aula.” Ou seja, entendendo qual o papel do intérprete, o professor juntamente com este profissional, pode desenvolver atividades pedagógicas que auxiliem no desenvolvimento da criança.

Em síntese, de acordo com os revelamentos ocorrentes percebe-se que as inquietações iniciais da pesquisa foram respondidas, na medida em que se constata a precariedade do ensino remoto em suas principais dificuldades e também em relação às adaptações e flexibilizações, já que são caracterizadas como insatisfatórias, pois somente trazerem recursos visuais numa atividade não é fator determinante para que o sujeito de fato aprenda, se a atividade não provoca nele o interesse, nem produz conhecimento significativo para o mesmo.

Outro fator analisado foi o papel de mediador do intérprete de libras, apesar dele ser reconhecido apenas pelo próprio profissional que revela a importância de seu trabalho, no que diz respeito ao facilitamento da comunicação entre o estudante e o docente. E ainda, podemos afirmar que os pais não exercem o papel de acompanhante do processo de ensino-aprendizagem da criança, o que dificulta a avaliação do desenvolvimento da mesma de forma eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados, na medida em que se compreendeu como o ensino remoto está sendo realizado, constatando que há vários desafios que precisam ser sanados nesse novo modelo de ensino, como por exemplo: a participação da família e do intérprete no planejamento do processo de ensino-aprendizagem; as barreiras tecnológicas encontradas pelo intérprete e pela professora; a falta do estímulo por parte dos pais para que o aluno desenvolva as atividades propostas e o planejar de atividades mais atrativas que possibilite a concentração da criança para desenvolvê-las de forma mais prazerosa e significativa, entre outros.

Fica evidente também a necessidade de discussões mais aprofundadas a cerca da temática da educação inclusiva, tanto na formação inicial como contínua dos professores vista a falta de conhecimento por parte da docente em relação ao papel que o intérprete exerce

quanto o processo ensino-aprendizagem e como ele implica no desenvolvimento pleno da criança.

Nesse sentido, levando em consideração que crianças com deficiência já vinham enfrentando dificuldades em relação à inclusão de forma presencial, observa-se então que as dificuldades anteriormente enfrentadas, com o ensino remoto, aumentaram. Assim, este estudo possibilitou um conhecimento maior acerca da educação inclusiva em tempos de pandemia. Contudo para que se garanta um processo de ensino-aprendizagem eficaz, a reflexão e a constante avaliação sobre a prática se tornam indispensável.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Maria Malta. Por que é importante ouvir a criança? A participação das crianças pequenas na pesquisa científica. In: CRUZ, Silvia Helena Vieira. (Org.). A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 35-51.

Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm> Acesso em 17 de out 2020 14:17h

Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm> Acesso em 19 de out 2020 11:57h

Disponível em <<http://www.ufrgs.br/coronavirus/baseatigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/#:~:Podemos%20portanto%20dizer%20que%20as%20escolares%20n%C3%A3o%20sejam>> Acesso em 17 de out 2020 15:32h

GOMES, Aline Christian Rodrigues de Souza. **A inclusão do deficiente auditivo na rede regular de ensino fundamental e o papel do professor como mediador dessa inclusão.** In: Jane de Carlos Santana Capelli... [et al.] organizadoras. – 1 ed. – Porto Alegre: Rede UNIDA, 2016.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cad. CEDES** [online]. 2006, vol.26, n.69, pp.163-184.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar: o quê? Por quê? Como fazer?.** – São Paulo: ed. Moderna, 2003. – (Coleção Cotidiano Escolar)

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2010.

SILVA, Emílio Carlos Figueira. Introdução Geração à Educação Inclusiva. – São paulo: Figueira Digital/Agbook, 2019.